

## SIMPÓSIO 52

### COMO OS TEXTOS ANTIGOS PODEM (OU NÃO) FORNECER SUBSÍDIOS PARA OS ESTUDOS DE POSSÍVEIS MUDANÇAS LINGUÍSTICAS NO PORTUGUÊS

A proposta deste simpósio é congrega trabalhos de edição de textos em língua portuguesa escrita no Brasil visando à posterior pesquisa linguística. Com base em edições de textos antigos em língua portuguesa escrita no Brasil (séc. XVI a XIX) concluídas ou em andamento pretende-se discutir como os textos antigos podem (ou não) fornecer subsídios para os estudos de possíveis mudanças linguísticas no português que veio a constituir-se no Brasil. São convidados enfoques que sejam orientados por uma teoria que define de antemão que dados coletar, como aqueles orientados pelos dados. Muitos são os pesquisadores que têm se debruçado sobre a árdua tarefa da edição de textos em língua portuguesa antiga, seja lusitana, seja brasileira, com o intuito de fornecer dados confiáveis para a pesquisa linguística. Tal renovação foi ainda prolongada pelo advento das facilidades da internet. Como se sabe, a partir dos anos 1980 o interesse por estudos históricos e diacrônicos teve novo impulso na linguística brasileira, muito, mas não exclusivamente, como decorrência dos trabalhos de sociolinguística de William Labov, em que os estudos de mudança linguística dos vernáculos atuais conduziram a uma consulta a estados pretéritos dessas línguas.

A partir dos meados dos anos 1990, começam a surgir no Brasil *softwares*, editores de texto, de início mais utilizados por lexicógrafos, que permitem a busca e a quantificação de dados em variadas formas. O progresso tecnológico da área da informação, portanto, muito favoreceu os estudos da linguagem, não só com os processadores de textos, mas também com a Internet, através da possibilidade de disponibilização de dados linguísticos num volume tal e com tal velocidade inconcebíveis há 30 anos atrás. Nesse sentido, deve-se relativizar a famosa citação de Labov de que a linguística histórica é a arte de se fazer o melhor uso de maus dados: os dados pretéritos – e mesmo os contemporâneos – não são mais “maus dados”, dada a facilidade de seu armazenamento, busca e processamento que os novos softwares tornam acessíveis.

Dentro desta contextualização geral propõe-se o presente simpósio.

#### COORDENAÇÃO

**Maria Antonieta Amarante de Mendonça Cohen**

Universidade Federal de Minas Gerais

tilah@letras.ufmg.br

**Soélis Teixeira do Prado Mendes**

Universidade Federal do Pará

pradomendes@yahoo.com.br;

## A VARIAÇÃO DA CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL EM MANUSCRITOS DO SÉCULO XVIII

Soéllis Teixeira do Prado MENDES (UFOP)<sup>968</sup>

**Resumo:** Pretende-se apresentar e discutir dados recolhidos de manuscritos oitocentistas produzidos nas primeiras vilas de Minas *Geraes*: Vila Rica (atual Ouro Preto) e Vila Real de Sabará (atual Sabará). Tais dados se referem ao fenômeno da concordância variável, corroborando a discussão já existente de que se trata de um uso antigo na língua portuguesa.

**Palavras-chave:** Manuscritos. Processos-crime. Concordâncias verbal e nominal variáveis.

### 1. Introdução

Embora o propósito deste Simpósio, do IV SIMELP, seja discutir “como os textos antigos podem (ou não) fornecer subsídios para os estudos de possíveis mudanças linguísticas no português”, pretendemos apresentar e discutir, parcialmente, dados que corroboram a ancianidade de um fenômeno: a concordância verbal e nominal variável. Fizeram parte do *corpus*<sup>969</sup> 14 processos-crime, sendo sete autos de devassas, coletados no Arquivo do Pilar de Ouro Preto (antiga Vila Rica) e sete sumários de testemunhas de querela, coletados na Casa de Borba Gato (atual cidade de Sabará).

A proposta é fazer um levantamento de dados, tendo por base as regras prescritas pelos gramáticos de então: João de Barros (1540) e Amaro de Roboredo (1619) e fazer uma descrição do uso. Mas é preciso deixar claro que esse arrolamento e discussão não serão exaustivos, apenas apresentaremos e descreveremos a ocorrência da concordância variável nos processos sob análise, apresentando-lhes algumas considerações, tendo em vista o reduzido espaço que temos para fazer tal discussão.

### 2. O que diziam os gramáticos

O *Methodo Grammatical para todas as Linguas* de Amaro de Roboredo, publicado em 1619, foi uma nova proposta de ensino do latim, fazendo uso da língua materna, o que tornaria o ensino das línguas clássicas mais rápido, (FÁVERO, 1996, p. 42). Por isso o escolhemos, isto é, por ter sido uma obra publicada no século XVII e utilizada no ensino-aprendizagem. Além disso, nesse período, os atores sociais de origem portuguesa envolvidos na elaboração dos processos-crime sob análise, e que passaram por uma educação “mais formal” talvez tenham feito uso desse material. A outra obra é a *Grammatica da Língua Portuguesa*, de João de Barros, publicada em 1540, “destinada aos alunos das escolas secundárias”, (FÁVERO, 1996, p. 34), sendo, então, a precursora como gramática pedagógica. Além disso, conforme Leite (2007), esse gramático não era “tão afeito ao aproveitamento da linguagem popular e (...) era preconceituoso quanto a isso” (p. 95); por isso o escolhemos. Isto é, porque ele estava mais preocupado com as regras de uma norma culta. Sobre a concordância, diz ele:

---

<sup>968</sup> Professora Adjunta do Departamento de Letras (DELET), do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS), da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Mariana, Minas Gerais, Brasil. E-mail: soelisufop@gmail.com

<sup>969</sup> Os manuscritos fazem parte do *corpus* de minha pesquisa de doutorado “Combinações lexicais restritas em manuscritos de dupla concepção discursiva: oral e escrita”, defendida em 2008, na FALE/UFMG.

Duas cousas aqueçem à construiçam: concordância, e regimento. Concordância è huã cõueniência de duas dições correspondentes huã à outra em numero, em gènero: em cãso, pessoa, ou em alguã destas cousas. Em numero, gènero, e cãso: como o aietiuo cõ seu sustãtiuo. Em género, numero, e pessoa: como, o relativo e antecedente. Em numero e pessoa: como o nominativo e uërbo. (1540, p. 30)

Para Roboredo (1619), "O solecismo he hum desconcerto, ou desigualdade das partes da Oração entre si encontrando as Concordias, & regencias." (1619, p. 230). Ambos os gramáticos estavam preocupados, conforme se depreende da parte introdutória dessas obras, com "o falar sem erros". Portanto, é pertinente dizer que tais regras faziam parte do "bom português" ou do "português padrão" da época, e o falante, ao "desconsiderá-las", fosse na fala ou na escrita, estaria "a cometer um erro de solecismo" e a utilizar as regras de um outro uso linguístico não-padrão, mais popular. O que nos permite inferir que, para o português atual, a aceitabilidade da concordância variável é uma continuidade do passado, haja vista que esse uso era/é relacionado à linguagem mais popular, mais coloquial, e, por isso, sofria/sofre mais estigmas.

### 3. Apresentação e discussão dos dados

A ausência da marca de plural em sintagmas nominais e/ou verbais é um fenômeno linguístico que, no PB atual, é mais característico de gêneros orais. Em trabalho recente sobre as *Origens do Português Brasileiro*, Naro & Scherre, a partir da análise da concordância variável, procuram:

identificar as raízes linguísticas românicas e lusitanas que insistem em permanecer em nossas bocas e em nossas falas e que, com mais intensidade, se revelam nas falas e nas bocas dos brasileiros que tiveram pouco acesso aos bancos escolares ou que habitam as áreas urbanas e as periferias das grandes cidades. (2007, p. 17).

Segundo os autores, os dialetos não-padrão do português brasileiro atual, em especial a língua falada, apresentam, de forma generalizada, a concordância variável de número verbo/sujeito, de número entre os elementos do sintagma nominal e a concordância variável de número no sintagma predicativo (NARO & SCHERRE, 2007). Tal fenômeno tem, como variáveis sociais, "o grau de escolarização e/ou o contraste rural-urbano", (p. 46). Para o português europeu, Mira Mateus também reconhece essa variação, pelo menos nos anos 50; segundo ela, "são frequentes na LP [língua popular] as faltas de concordância, consideradas erros do ponto de vista gramatical", Mira (1954)<sup>970</sup> (*apud* NARO & SCHERRE, 2007).

#### 3.1. A concordância nominal variável

Segundo João de Barros (1540, p. 31) "As dições q' co)ue) em numero gènero e cãso sam os nomes sustantiuos com os seus aietiuos." Roboredo (1619, p. 71), além de também fazer essa prescrição, acrescenta "Como o Genero Masculino seja o mais nobre, & depois delle o Feminino, precedendo muitos Sustantivos, concordará o seguinte Adjectivo com o Sustantivo mais chegado, ou com o Sustantivo de Genero mais nobre, que fica mais afastado."

Percebemos que a marca do plural, nos dados das devassas e sumários de testemunhas, diferentemente do que preconizaram os gramáticos da época, encontra-se em diferentes

<sup>970</sup> MIRA, M.H.F. da G. *Algumas contribuições para um estudo da fonética, morfologia, sintaxe e léxico da linguagem popular de Lisboa*. Licenciatura em Filologia Românica. LISBOA: Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 1954.

elementos e posições do SN, o que é muito comum no português não-padrão atual (Cf. NARO & SCHERRE, 2007), então vejamos:

**A) A marca está presente apenas no elemento que ocupa a 1ª. posição do SN à esquerda do núcleo<sup>971</sup>, que está no singular :**

Item	Localização	Excerto
1	[AP-linhas 3535-3538] Cód. 278/5801/1750	EpReguntada elle testemunha pellocontheudonoReferime toque nella fez aTestemunha RosaMaria crioulla Respondeu quehera Menos ver dade <b><u>OS REFERIMENTO</u></b>  quenella sehaviafeito (...)
2	[AP-linhas 3847-3849] Cód. 278/5801/1750	dera Manoel Perei rade souza comhu) facam deP ran xa na caradocapi tan Francis correada silva de querezultou ofazerlhe <b><u>AS FERIDA</u></b> quedeclearaoauto (...)
3	[AP-linhas- 4003-4005] Cód. 278/5801/1750	) nacara docapitam Francis co correada silva quedella rezul digo dasilvade querezultou ofazerlhe <b><u>AS FERIDA</u></b> de [corroídas]danoauto (...)
4	[AP-linhas 4087-4089] Cód. 278/5801/1750	dera Manoel Perei radesouza comhu facamdepran xanacaradocapi tam Francis co correadasilva dequeresultouoha verlhe fei to <b><u>ASFERIDA</u></b> quedeclearava aoauto (...)

**Concordância variável:** na mesma devassa em que foram extraídos os dados do quadro acima, há também o SN abaixo em que tanto o núcleo como o 1º. elemento à esquerda desse núcleo estão no plural.

item	Localização	Excerto
5	[AP – linhas 4200-4202] Cód. 278/5801/1750	dera Mano elPerei radesouza comhu facamde pranxa nacara docapitam Francisco co rreadasilva deque rezultou ofazerlhe  <b><u>AS</u></b> <b><u>FERIDAS</u></b> que declaraoautomas o motivo

**B) A marca está presente apenas no 1º. elemento à direita do núcleo, que se encontra no singular, assim como o 1º. elemento à direita desse núcleo:**

item	localização	excerto
6	[AP-linhas-624- 625] Cód 449/9452/1725	logoporelleForaco   omfesado haverFei(to) todo   odellitaoqueixo zo elheto   mara <b><u>O SINCOENTA E ENCODO</u></b>   <b><u>BROIS</u></b> queh(a)viaRoubadoao (...)

**Concordância variação:** na mesma devassa, nas linhas 677-679, temos esse mesmo SN em que tanto o elemento à esquerda como o da direita encontram-se no plural:

item	localização	excerto
7	[AP-linhas-677- 679]Cód 449/ 9452/1725	eque   deexando porMortolheRouba   aratudoquanto elleleva   va ecomeFeito lheforaoacha   dos <b><u>SICOENTAESINCO</u></b> <b><u>DOBR(O)IS</u></b>   Deoiro ...

<sup>971</sup> O núcleo dos sintagmas nominais estão sublinhados.

C) A marca está presente em quase todos os elementos do SN, exceto no 3º. à esquerda do núcleo, que também está no plural:

item	localização	excerto
8	[AP-linhas-2746-2747] Cód 447/9394/1735	foraõ apresentadas dascoais  <b>SEUS NOMES DITO IDADES ECOSTUMES</b>  São osqueaodiantesesegue deque paraconstar fis estetermo (...)

**Concordância variável:** nessa mesma devassa temos esse mesmo SN no qual, diferentemente de (8), todos os elementos da esquerda do núcleo estão no plural, concordando com o núcleo.

item	localização	excerto
9	[AP-linhas-2437-2439]cód.447/9394/1735	por parte do ALcaydedesta Villa Luis Gonçalves Magro foraõ [†.]presentadas, das coais <b>SEUS NOMES   NOMES DITOS IDADES ECOSTUMES</b>  são osque aodiantesesegue...

D) A marca está presente nos 1º. e no 2º. elementos à esquerda do núcleo, que se apresenta no singular:

item	localização	excerto
10	[CBG-linhas 4613-4614] ano:1743a	sabe tam bempor ser notorio epor humdosdi tos   d <b>OSDI TOS QUER ELLA DO</b> lhedizer que seu Camarada tinha amarradoodito Macho (...)

**Concordância variável :** nesse mesmo sumário de testemunhas há uma estrutura em variação com (10) acima, em que o núcleo e os elementos à esquerda estão todos no plural:

item	localização	excerto
11	[CBG-linhas 4823-4824] ano:1747	equeichando sse disso odi to quer ellante disseraõ <b>OS DITOSQUERELLADOS</b>  ManoelPerreira eAntonio ferr eira aodi toquer ellantequedandolheeste seis oytavas lhe hiria buscar oseuMacho ...

E) A marca não se encontra em nenhum elemento do SN:

item	localização	excerto
12	[AP-3203-3204] Cód.449/9477/1743	osenhordonegro sequeixaraqueosho mens dePadre faria nãqueriaõjurar averdade puis lhetinhãdadonoseu negro n <b>ODIAEHORAMENCIONADO</b> no auto (...)
13	[AP-3227-3238] Cód.449/9477/1743	EpReguntadoelletestemunhapellocon theudonoautodedevasdese que ouviradizer Publicamente quen <b>ODIA EHORAMENSIONADO</b> noauto derahu) cappitaõ domato (...)
14	[AP-3305-3307] Cód.449/9477/1743	EpReguntadoelletestemunha pellocomthe udonoautodedevasdese quen <b>ODIA EHORAMENSIONADO</b> noauto (...)

**Concordância variável :** na mesma devassa, temos esse mesmo SN em que há a marca de plural no 1º. elemento à direita do núcleo, e, por ser composto, um dos itens pode estar no plural também, conforme:

item	localização	excerto
15	[AP-linhas 3216-3217] Cód.449/9477/ 1743	queouvira dizeraal gunsseusvenzenhospRincipalmentejoaõ  dasy va quederaõemhu)negron <b>ODIA EHORASMENSIONADOS</b> noauto
16	[AP-linhas 3270-3271] Cód.449/9477/ 1743	dise que ouviradizer publ[†.]camentequen <b>ODIA EHORASMENSIONADOS</b> noauto derahum cappitã
17	[AP-linha – 3362] Cód.449/9477/ 1743	quen <b>ODIAEHORASMENSIO NADOS</b> noauto

Esses levantamentos, mesmo que se refiram a um reduzido número de dados, mostram que essa regra da concordância nominal padrão não era categórica entre os escrivães. Esses dados evidenciam um uso variável dessa estrutura linguística na escrita, como índice de oralidade nos documentos sob análise.

### 3.2. A concordância verbal variável

Segundo Naro & Scherre (2007), a ausência da marca de plural no verbo é mais frequente na oralidade em contextos fônicos menos salientes, mesmo que os sujeitos estejam antepostos ou à esquerda do verbo. Os dados apresentados a seguir, embora sejam escritos, apresentam comportamento semelhante aos dados orais, uma vez que a oposição singular/plural de SOUBESSE/SOUBESSEM e SEGUE/SEGUEM não é tão evidente, então vejamos:

#### A) Ausência de marca do plural no verbo em contextos fônicos menos salientes, mesmo que o sujeito esteja anteposto ao verbo

item	localização	excerto
18	[AP- linhas 765-767 – cód.449/9452/1725]	...Ma andarafazeresteautodede vasa paraporelle Serempe erguntadas <b>ASTESTEMUNHAS</b>  quedocaso <b>SOUBESE</b> paraser ponido odelinquente na formadalei elogooditojuis ;
19	[AP- linhas: 90-91- cód.449/9452/1725]	...epergun   taremastestemunhasaodi   antedeClaradas cujos nomes   idadescostumes <b>SAOOSQUESE</b>   <b>SEGUE</b> doqueparadetudocons   tarporeste pResentetermo
20	[AP-linhas 311-313 – cód. 449/9452/1725]	...chegueiparaco   omelleseperguntaremaste   estemunhasaodeantede  claradas cuios nomes eda   desSam <b>ASQUE AODIANTESE</b>   <b>SEGUE</b> doque paradetudo  constar Fizeste pResenteter   mo
21	[AP-linhas 2244- 2246 – cód. 447/9394/1735]	e pReguntadas astestemunhas aodiante quepor parte do Alcayde desta villa Luis Gonçalves Magro foraõ apresentadas das coais Seus nomes ditos idades eCostumes São <b>OS QUE</b> <b>AO- DIANTE SESEGUE</b> , deque paraConstar fiz este termo;
22	[AP- linhas 2314- 2315 – cód.447/9394/1735]	foraõ aprese[corroído] tadas das coais Seus nomes ditos idades, eCostumes, são <b>OS QUE AODIAN TESESEGUE</b> deque para constar fis este termo;
23	[AP- linhas 2378- 2379 – cód.449/9452/1725]	Magro foraõ a presentadas das coais Seus nomes di tos idade eCostumes São <b>OSQUE ADIA NTE SESEGUE</b> deque paraConstar

		fis este termo;
24	[AP-linhas -2435-2438 – cód.447/9394/1735]	foraõ [†.]presentadas, das coais seus nomes   Nomes ditos idades eCostumes são <b>OSQUE AODIANTESESEGUE</b> , deque paraConstar fizeste termo...

**Concordância variável:** encontramos, para esse contexto fônico menos saliente, uso variável em outros processos-crime do *corpus*:

item	localização	excerto
25	[AP- linhas 3167-3169- cód.449/9477/1743]	... esendoahy por elle ditojuisordinario foraõ pReguntadas devassamente <b>ASTESTEM UNHAS QUEADIANTESESEGUEM</b> comosseus nomesejdadesecostumes dequefizeste  termo
26	[CBG-1743a – Linhas 4355-4356]	dacoalouseu detonomeeIdade  ecostumessaõ <b>OSQUESESEGUEM</b> dequefesestetermo  deasentada
27	[CBG-1744b - Linhas 4589-4592]	foramperguntadaseInque ridas astestemunhas quepor(parte) doquerellanteJoamBaptistade Aguiar foramapresentadasCujosditos nomesIdadesCustumes enaturali dades sam <b>OSQUEAODIANTESESEGUEM</b>  doquefis estetermodeasentada
28	[CBG-1745 - linhas 4687-4689]	doceLante Caetano DuarteCriollo porquemforaõ apresentadas deCujos dittos Idades nomes naturalidade eCustumes saõ <b>OSQUEAODIA(NTE) SESEGEN</b> dquefisesteTermo
29	[CBG-1747-Linhas 4773-4775]	foramapresentadas <b>CUJOSDITOS NOMES IDADESCUSTUMES ENATURALIDADES SESEGUEM</b> dequefis estetermo deasentada
30	[AP- linhas 3726-3728 – 278/5801/1750]	as tes temunhas des tadevasa devassamente quepellos crivom doAl caide des tavi lla ManoelRodri gues deTovoronos foram apre zentadas cuios ditos nomes idades teses custu mes som <b>OSQUEAODI ANTE SESESEGUEM</b>  eudomingos

Os dados de (19) a (24) e de (25) a (30) também podem ser analisados sob outro aspecto. Scherre e Naro (2007, p. 64) afirmam não ter localizado textos antigos por meio dos quais fosse possível verificar que há uma tendência de “o *que* relativo influenciar a diminuição de marcas quando ele se coloca entre o sujeito explícito na oração principal e o verbo dependente”. Os dados de (19) a (24) corroboram essa afirmação dos autores, embora os casos de (25) a (30) apresentem estruturas em que contextos semelhantes propiciam o uso de marcas de plural no verbo.

Ainda com relação ao fato de a saliência fônica favorecer a concordância verbal, localizamos os seguintes dados:

item	localização	excerto
31	(AP – linha-1638- cód.445/9348/1731a)	...Não es tava pago doque <b>HE</b> tocadas <b>CUS TAS</b> des ta V <sup>a</sup> . Rica
32	(AP- linhas 3451-3453- cód.449/9477/1743)	esendoahypore lle comigoescrivaõ fora Imque ridaepReguntadaaTestemunha Referido cujo <b>SEUNOMEJDADEE DITOCOSTUME HE</b> oqueadiante sesege dequefesesteTermo...

Em (31), a saliência fônica não foi determinante para a presença do plural do elemento verbal SÃO; certamente a ocorrência do sujeito CUSTAS à direita do verbo foi mais favorecedor da variante zero de plural. Já em (32), havia duas circunstâncias favorecedoras da marca de plural, pois, segundo Scherre e Naro (2007), o sujeito à esquerda do verbo e a relação da saliência fônica do singular/plural HE/SÃO. Mas, como eles próprios afirmam “zeros plurais precedentes tendem a desencadear zeros plurais subsequentes” (p. 112); ou seja, no sujeito **SEUNOMEJDADEE|DITOCOSTUME** não há qualquer marca de plural, daí a inexistência dela no verbo HE.

**B. A posposição do sujeito favorece a marca zero de plural, vejamos:**

item	localização	excerto
33	[CGB-linhas 4201-4208- 1743b]	dondeeu escrivaõ aodeantenomeadofui vindo eahi pello detto juis, <b>FOI PERGUNTADAS EEMQUERIDAS</b> <b>ASTESTE MUNHAS</b> doceLante Caetano DuarteCriollo

**Concordância variável:** esse mesmo tipo de estrutura, isto é, sujeito posposto ao verbo, foi encontrado em sentenças semelhantes, nas quais o verbo SER, em concordância com seu sujeito, encontra-se no plural:

item	localização	excerto
34	[CBG- linhas 4770-4771 - 1747)	ondeeuescrivaõ aodiantenemeadoVim esendo ahi por elledi toDoutor Juis ordi nario <b>FORAMPERGUNTADOS</b> <b>EINQUERIDAS ASTES TEMUNHAS [†]  </b>
35	[CBG/1750 - linhas 4852-853 - 1750]	aonde euescr[corroído] vaõ aodi antenomeadovim esendo ahy por elle <b>FORAÕ INQUERIDAS EPREGUNTADAS AS</b> <b>TESTEMUNHAS</b>

#### 4. Considerações finais

A discussão aqui proposta, como dito anteriormente, não foi exaustiva, pois ainda é necessário que seja feito um levantamento quantitativo, para cada documento do *corpus*, de todas as ocorrências das formas canônicas típicas da variante padrão para uma comparação com as formas não-padrão. Além disso, também é necessário que sejam analisadas com mais rigor a animacidade do sujeito e a presença/ausência de pausa entre sujeito/verbo, além de fazer uma análise mais apurada sobre a saliência fônica, o paralelismo linguístico, a presença/ausência do que relativo. Paralelo a isso, também é preciso que sejam coletados mais dados em outros documentos manuscritos, o que já está sendo feito nos arquivos da Câmara de Mariana, em Minas Gerais.

Mas mesmo que em número reduzido, os dados aqui apresentados e parcialmente discutidos nos indicam que a variação na concordância verbal e nominal não é um fenômeno atual e que essa variação não é aleatória, mas motivada por fatores de ordem sintática e morfo-fônica.

#### Referências Bibliográficas

BARROS, J. de. *Grammatica da língua portuguesa*. Olyssippone apud Lodouicum Rotorigiũ Typographum. MDXL (1540).



FÁVERO, L.L. *As concepções lingüísticas no século XVIII: A gramática portuguesa*. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

LEITE, M.Q. *O nascimento da gramática portuguesa: uso & norma*. SP: Hamanitas/Paulistana, 2007.

MENDES, S.T.P. *Combinações lexicais restritivas em manuscritos de concepção oral e discursiva*. BH: FALE/UFMG (tese de doutoramento), 2008.

NARO, A. J. & SCHERRE, M.M. P. *Origens do português brasileiro*. SP: Parábola, 2007.

ROBOREDO, A. *Methodo Grammatical para todas as Línguas*. 1619. Edição de Marina A. Kossarik. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002.

\_\_\_\_\_. *Porta de linguas ou modo muito accomodado para as entender publicado primeiro com a tradução Espanhola. Agora acrescentada a Portuguesa com numeros interliniaes, pelos quaes possa entender sem mestre estas linguas o que as não sabe [...]*. Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1623. Disponível em: <<http://clp.dlc.ua.pt/Corpus.aspx>. > Acesso em 01/07/2008.

## DOCUMENTOS ADAMANTINOS SETECENTISTAS COMO FONTE DE DADOS PARA ESTUDO DA CONSOLIDAÇÃO DE UMA GRAMÁTICA NACIONAL

Sueli Maria COELHO (UFMG/FAPEMIG)<sup>972</sup>

**Resumo:** É consensual nos estudos linguísticos a afirmativa de que no século XIX ocorreram profundas mudanças sintáticas no Português Brasileiro, o que atesta ter se dado nesse período a consolidação da gramática nacional. Uma dessas mudanças, considerada como responsável por desestabilizar o sistema pronominal e fomentar outras mudanças sintáticas é a substituição do pronome *tu* por *você*. A análise de documentos escritos na região Adamantina no período setecentista evidenciou uma concorrência entre essas formas, o que pode ser tomado como um indício em favor da hipótese de que a constituição de uma gramática nacional tenha ocorrido antes do propalado século XIX.

**Palavras-chave:** Mudança sintática. Mudança encaixada. Período setecentista. Gramática nacional. Pronomes de segunda pessoa.

### 1. Considerações iniciais

Tarallo (1996), ao se propor a diagnosticar uma gramática brasileira, resenhou alguns trabalhos linguísticos que se dedicaram a descrever, do ponto de vista de mudanças sintáticas, o português d'aquém e d'além mar no final do século XIX. Segundo observou esse linguista, as circunstâncias sociais que precederam a virada do referido século “podem não ter sido suficientemente satisfatórias para que a pena brasileira começasse a escorrer sua própria tinta.” (TARALLO, 1996, p. 99) Analisando quatro mudanças sintáticas à luz do encaixamento da mudança linguística desencadeado por alterações no quadro pronominal do português do Brasil, o autor chegou à conclusão de que “o cidadão brasileiro já estava de posse, ao final do século XIX, de sua própria língua/gramática” (TARALLO, 1996, p. 99), que exibía traços distintos daqueles observados na sintaxe lusa.

Na mesma esteira de datação das mudanças linguísticas analisadas por Tarallo encontram-se os estudos de Pagotto (1992 *apud* 1999) acerca da colocação de clíticos pronominais no português brasileiro. Ao estudar a ordem dos pronomes clíticos na Lei Magna do Brasil Império e do Brasil República, o autor observou que, enquanto a Constituição do Império (1824) apresenta, além de outros traços da sintaxe do português clássico, a preferência pela ênclise, a Constituição da República (1892) é proclítica por excelência, atestando obediência à gramática da norma culta atual, fixada no final do séc. XIX. Entretanto, a análise do mesmo fenômeno em documentos formais e informais escritos na região de Ouro Preto no período de 1752 a 1794 acusaram que, desde esse período, século XVIII, portanto, quer o hospedeiro tônico seja constituído por lexias simples, quer por combinações verbais,

a maior produtividade é do clítico pré-verbal, independentemente da existência de algum vocábulo considerado pelos autores normativistas como uma categoria magnética capaz de promover o deslocamento do pronome de sua posição normal enclítica para a posição proclítica. (COELHO; PAULA, 2011, p. 125)

---

<sup>972</sup> Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil. E-mail: sucoelho@ufmg.br.

Esse resultado suscitou a hipótese de que a fixação das normas gramaticais que identificam o Português Brasileiro pode ter datação anterior àquela que, até então, tem sido consensual entre os trabalhos linguísticos. A preferência categórica pela próclise nos textos mineiros setecentistas constitui, segundo nossa análise, indício de que, no final do século XVIII, a gramática do Português Brasileiro já estava consolidada.

Tal intuição foi reforçada durante o processo de edição de cinco documentos adamantinos setecentistas, para constituição de *corpus* de sincronias pretéritas, quais sejam: (i) *Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco* (1778); (ii) *Estatuto da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês* (1781); (iii) *Estatuto de Nossa Senhora do Amparo* (1782); (iv) *Estatuto do Santíssimo Sacramento* (1785) e (v) 87 (oitenta e sete) *termos de devassa* (1750). Vários aspectos gramaticais presentes nesses documentos redigidos na região mineira do Arraial do Tejuco, hoje Diamantina, chamaram-nos a atenção, mas, em virtude da necessidade de se impor um recorte à pesquisa e frente à hipótese já suscitada pelo estudo dos clíticos pronominais em textos produzidos na região de Ouro Preto, optamos por analisar o mesmo fenômeno que, segundo os trabalhos resenhados por Tarallo (1996), desencadearam as mudanças sintáticas tomadas como distintivas entre o Português Europeu e o Brasileiro. Nesse sentido, a pesquisa que originou esta comunicação integra um projeto maior, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), cujo objetivo geral é empreender, em um banco de dados constituído de textos mineiros setecentistas inéditos, um estudo comparativo, buscando identificar, na variedade linguística de Minas Gerais, o estatuto de algumas mudanças sintáticas implementadas no Português Brasileiro apenas no final do séc. XIX. No recorte de que se originou esta comunicação, elegeu-se como objeto de análise o quadro pronominal mineiro setecentista, dedicando-se a investigar a seguinte questão problema: no século XVIII, a segunda pessoa já havia sido substituída pelo pronome *você*, fato apontado como desestabilizador do sistema de concordância e desencadeador de mudanças sintáticas significativas?

Acredita-se que, a partir da análise desse fenômeno sintático, seja possível reunir mais subsídios em favor da hipótese de que a definição da gramática nacional tenha uma datação mais precoce ou ratificar a tese daqueles que a radicam em fins do século XIX. Ainda que nossa hipótese seja descartada, a pesquisa possibilitará identificar o estatuto dessa mudança na língua mineira no final do século XVIII, o que nos permitirá traçar um percurso do encaixamento, já que existem dados comprobatórios de que, em se tratando da sintaxe de colocação, as normas atuais já regiam a escrita do período setecentista.

## 2. Descrição da metodologia adotada

Considerando-se que nossa proposta consiste em cotejar os resultados já obtidos por outros pesquisadores que investigaram os fenômenos de mudança sintática encaixada às alterações do sistema pronominal com aqueles coletados no *corpus* adamantino, com vistas a julgar a adequação da hipótese de que a emergência da gramática brasileira pode se radicar no século XVIII, foi necessário nos cercar dos mesmos cuidados sociolinguísticos já adotados pelos demais pesquisadores e seguir o mesmo referencial teórico, qual seja, os pressupostos da sociolinguista variacionista (cf. LABOV, 1972), cuidando-nos, primeiramente, para certificar a identidade dos falantes/escreventes.

Atestada a identidade brasileira dos escreventes do *corpus*, passamos à coleta dos dados, centrada, nesta fase inicial do projeto, à análise daquela considerada por vários estudiosos compulsados (cf. GALVES, 1987; BERLINCK, 1988; DUARTE, 1989; RAMOS, 1989; TARALLO, 1989) como sendo a mudança motriz do processo de encaixamento, qual seja, a alteração do quadro pronominal. Para tanto, procedemos à identificação dos pronomes

de segunda pessoa, para verificar se, nesse período, o pronome *você* já estava implementado ou mesmo concorrendo com o pronome *tu* no português mineiro.

Para a coleta dos dados, utilizamos as ferramentas do aplicativo ANTCONC. Todas as ocorrências das formas “tu”, “você”, “vós” e “vocês”, bem como de seus respectivos anafóricos, foram identificadas e computadas. As ocorrências foram tabuladas por meio de uma regra de três simples. Os resultados obtidos serão objeto de apresentação e análise na seção seguinte.

### 3. Apresentação e análise dos dados

A coleta das formas pronominais de segunda pessoa no *corpus* adamantino traz à baila questões instigantes acerca do quadro pronominal da época, bem como sinaliza uma variação nos usos dos pronomes, especialmente no quadro dos pronomes de tratamento, segundo o estrato social a que pertence o indivíduo que os emprega. Considerando, contudo, a delimitação de nossa proposta, ater-nos-emos a comentar, por ora, apenas as questões atinentes às formas de segunda pessoa.

Contrariando nossa expectativa, não identificamos, em nenhum dos quatro estatutos analisados, qualquer ocorrência da forma *você*, mas tão somente de sua precedente histórica, *Vossa Mercê*. Ainda assim, tal uso restringiu-se ao *Estatuto de Nossa Senhora das Mercês*, que é uma irmandade de negros. É bastante difundido pelos estudos linguísticos o fato de que *Vossa Mercê* era uma forma de cortesia e respeito empregada no trato de inferiores para superiores e que sua correspondente reduzida (*você*) era empregada no trato de superiores para inferiores. A restrição desse uso à classe dos negros, bem como sua produtividade (11%) nesse documento, endossa essa assertiva, além de denotar a subserviência da raça determinada, obviamente, por questões históricas. A presença dessa forma exclusivamente na classe mais baixa da população da época já prenuncia, segundo nosso entendimento dos pressupostos variacionistas, um possível contexto de variação, que se realça pelos dados identificados nos termos de devassa.

Esse gênero textual configura-se no registro formal de um processo investigativo acerca de alguma infração contra a moral católica. Diante da denúncia do ato infrator, os envolvidos eram interrogados pelo Visitador e os autos do processo eram lavrados por um secretário eclesiástico letrado, para fins de documentação, num livro próprio denominado *Livro dos Termos*. O registro empregado era, pois, o formal e havia uma preocupação do escrevente em ser suficientemente claro, evitando qualquer tipo de ambiguidade que pudesse comprometer a lisura do processo ou mesmo dificultar o entendimento de seu desenrolar e de sua conclusão, o que mostra o nível de reflexão do produtor do texto acerca de sua produção.

Sabemos que a entrada de *você* no quadro pronominal de segunda pessoa causou uma alteração na morfologia do sistema linguístico e que o possessivo *seu/sua*, até então empregado exclusivamente para marcar a posse da terceira pessoa, passou a designar também a posse da segunda pessoa, causando, em alguns contextos, ambiguidade. Esse fato pode ser verificado nas ocorrências possessivas identificadas nos oitenta e sete termos de devassa analisados, e dispostas na tabela a seguir:

**Tabela 1:** Ocorrência de formas possessivas nos termos de devassa

Possessivo	Ocorrência
<b>sua</b>	12 (18%)
<b>delle(a)</b>	34 (52%)
<b>sua + delle(a)</b>	19 (29%)
<b>Total</b>	65

Fonte: dados analisados

Os dados da tabela 01 demonstram uma preferência pelo emprego da forma genitiva *dele(a)* para indicar a posse da terceira pessoa (52%). Tal preferência já fora atestada por Silva (1984), em se tratando da modalidade oral da língua. Segundo essa autora, é justamente a função desambiguadora que faz com que a forma genitiva seja mais recorrente na oralidade, pois o emprego dos possessivos *seu/sua* pode gerar dubiedade de referência, dificultando a produção do sentido e, conseqüentemente, comprometendo a interação. Embora, no caso deste estudo, os dados se restrinjam à modalidade escrita da língua, nota-se, por parte do relator, conforme já mencionamos, grande preocupação quanto à clareza, o que torna nossos resultados bastante próximos daqueles obtidos por Silva (*op. cit.*).

A forma possessiva *sua* foi a menos frequente em nosso *corpus*, obtendo um índice percentual de 18% dos usos. Analisando a ocorrência da construção desambiguadora ilustrada pelos excertos abaixo (cf. (1) e (2)), cujo percentual de ocorrência foi de 29%, é possível cogitar acerca de um possível processo de variação em que as formas possessivas de segunda e de terceira pessoa competiam entre si já no século XVIII:

- (1) “[...] odito Reverendo Doutor Vezita | dor admoestou emprimeiro Lasso de Concubinado na forma | doSagrado Concil[h]o Terdentino que detodo seaparte da | illicita Comoni cacão que tem Com Goncalo daSilva Meire | les pardo eCazado que Comelle não Conversse nem trate empu | blico ousecreto não lhe mande dadas ou Recados **não va | a sua caza delle** nem oconcinta nasua [...]” (*Termos de Devassa*, fólio 3r, grifos nossos).
- (2) “[...] eodito Reverendo | Doutor Vezitador Miguel deCarvalho Almeida e | Mattos oademoestou emsegundo lasso deconcu | bina[to] naforma doSagrado Concilio Terdentino | que detodo seapartasse daillicita comonicacão que | tem com Arcangella Crioulla que mora noaraal | que comelllanão trate nem conversese empublico | nem secreto **nem va asua cazadella nem acon | cinta nasua**[...]” (*Termos de Devassa*, fólio 10r e 10v, grifos nossos)

Entendemos que o fato de o secretário da devassa reforçar o referente da forma possessiva *seu/sua*, agregando ao sintagma nominal por ele constituído a forma genitiva *dele/dela* denota sua consciência em relação ao fato de que se tratava de um uso ambíguo e que, para efeitos de clareza, necessitava de ser desambiguado. Ora, a ambigüidade desse contexto decorre, obviamente, da flutuação do possessivo *seu*, que congrega a função de marcar tanto a posse da segunda quanto da terceira pessoa. Essa cumulação funcional do possessivo de terceira pessoa só se deu a partir da entrada da forma *você* no quadro dos pronomes pessoais. Dessa forma, ainda que não tenhamos identificado, na escrita, ocorrências explícitas das formas *tu* e *você*, acreditamos, pela flagrante preocupação com a clareza ilustrada nos contextos acima, que já houvesse, nas Minas setecentistas, concorrência entre essas formas e que, portanto, o pronome *tu* já estava sendo substituído por sua forma concorrente.

#### 4. Considerações finais

Nosso objetivo neste trabalho consistiu em buscar evidências empíricas em prol da tese de que a constituição de uma gramática genuinamente nacional possa ter ocorrido no final do século XVIII, já que alguns fatos sintáticos identificados em textos mineiros setecentistas alimentam essa hipótese.

A partir da análise de cinco documentos escritos na região de Diamantina no último quartel do século XVIII, buscamos verificar uma possível implementação da forma *você* no quadro pronominal de segunda pessoa, mudança considerada a mola propulsora para a desestabilização do sistema pronominal e o encaixamento de significativas mudanças sintáticas.

Os resultados obtidos por nós, ainda que parciais, neste primeiro momento, vão ao encontro da tese de que o pronome *tu* já havia sido preterido nas Minas setecentistas e que a forma concorrente *Vossa Mercê/você* já era bastante produtiva. Isso fica latente na baixa frequência da forma possessiva *seu/sua* e na preferência pela forma desambiguadora *dele/dela*, o que, segundo nossa interpretação, acusa uma consciência do falante da época quanto à ambiguidade da forma possessiva *seu/sua*, que se presta a marcar, já no século XVIII, a posse tanto da terceira quanto da segunda pessoa.

### Referências Bibliográficas

- BERLINCK, R. de A. *A ordem VSN no Português do Brasil: sincronia e diacronia*. 1988. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras da UNICAMP, Campinas, 1988.
- CERQUEIRA, V. C. A forma genitiva “dele” e a categoria de concordância (AGR) no português brasileiro. In. ROBERTS, I.; KATO, M. (orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996, p. 129- 161.
- COELHO, S. M.; PAULA, T. F. de. Colocação pronominal nas Minas setecentistas. *Revista Alpha*. Patos de Minas, v. 12, p. 112-127, nov. 2011.
- DUARTE, M. E. L. Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil. In. TARALLO, F. (org.) *Fotografias sociolinguísticas*. Campinas : Pontes, 1989, p. 19-34.
- GALVES, Ch. A sintaxe do português brasileiro. In. *Cadernos de Lingüística e Teoria da Literatura – Ensaios de Lingüística*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, v. 7 n. 13, 1987, p. 31-50.
- LABOV, W. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia : University of Pennsylvania Press, 1972.
- PAGOTTO, E. G. Norma e condescendência: ciência e pureza. IN.: GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni P. (orgs.) *Línguas e instrumentos linguísticos*. Campinas, SP: Pontes Editores, 1999, p. 49-68.
- RAMOS, J. M. O emprego de preposições no português do Brasil. In. TARALLO, F. (org.) *Fotografias sociolinguísticas*. Campinas : Pontes, 1989, p. 83-93.
- SILVA, G. M. de O. Variação no sistema possessivo de terceira pessoa. *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro. (78/79), p. 54-72, 1984.
- TARALLO, F. (org.). *Fotografias sociolinguísticas*. Campinas : Pontes Editores, 1989.

TARALLO, F. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX. In. ROBERTS, I.; KATO, M. (orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996, p. 69-105.

## EDIÇÃO E ESTUDO LINGUÍSTICO DE DOCUMENTOS DA BATALHA DE GUAXENDUBA (1614/1615)

Eliabe PROCÓPIO (UFRR)<sup>973</sup>  
Márluce COAN (UFCE)<sup>974</sup>

**Resumo:** este trabalho é parte do projeto de pesquisa *Edição e Estudo Linguístico de Documentos Portugueses no Arquivo Geral de Índias/Espanha (sécs. XV, XVI, XVII, XIX)*, o qual congrega documentos escritos em Língua Portuguesa em colônias portuguesas na América e na Ásia, tendo com autores lusofalantes ou estrangeiros. Como resultado preliminar, tomamos como exemplo os textos referentes à Batalha de Guaxenduba (1614), confronto militar ocorrido entre militares portugueses/brasileiros e franceses, os quais haviam ocupado a ilha de São Luis/Maranhão. Apresentamos alguns dados ligados ao contexto histórico, no qual relacionamos história oficial com os textos estudados; à edição, na qual apresentamos seus aspectos filológicos; e ao estudo linguístico dos textos, no qual selecionamos alguns fenômenos que mais nos chamaram a atenção, atentando para os níveis gráfico-fônico, morfossintático, sintático-semântico e lexical. O grupo temático analisado compõe-se de apenas três textos – um auto de interrogatório, integrado a uma capitulação (1614), e dois relatos de viagem (1615) – todos eles escritos por lusofalantes, em território brasileiro.

**Palavras-chave:** Linguística histórica; Filologia Portuguesa; Brasil colonial.

### 1. Considerações iniciais

A relação entre Linguística e História tem sido bastante produtiva, no sentido de correlacionar fenômenos linguísticos a fatos históricos, pois não devemos estudar a língua isoladamente de seu contexto social. O que implica uma análise encaixada a fatores externos, já que, como meio de comunicação, a língua realiza-se por meio de um conjunto de elementos históricos, sociais, psicológicos, biológicos, dentre outros. Em nosso caso, elegemos apenas um deles, o histórico, e apresentamos parte dos resultados da edição e do estudo linguístico dos documentos referentes à Batalha de Guaxenduba. Estes escritos encontram-se depositados no Arquivo Geral das Índias, na cidade de Sevilha. Nessa instituição, encontram-se inúmeros documentos escritos em Português concernentes às colônias portuguesas, que coletamos e agrupamos sob o título projeto de pesquisa *Edição e Estudo Linguístico de Documentos Portugueses no Arquivo Geral de Índias/Espanha*, que por sua vez estão organizados por séculos (sécs. XV, XVI, XVII, XIX). Esses textos são cartas, relatos de militares, de religiosos e de intendentess portugueses, e tratam de temas como: presença portuguesa na Ásia e no nordeste brasileiro, questão da Cisplatina e negociações de fronteira na América.

Como temos desenvolvido esta pesquisa por blocos, por hora, limitamo-nos em apresentar o grupo temático ‘Batalha de Guaxenduba’, localizado no século XVII,

---

<sup>973</sup> Mestrado em Linguística (UFC) e em Filologia Hispânica (CSIC, Espanha), Licenciatura em Letras Português/Espanhol (UFC). Professor de Linguística e Língua Portuguesa, da Universidade Federal de Roraima, Campus Paricarana: Av. Cap. Ene Garcez, nº 2413 – Bloco 1, Aeroporto, CEP 69310000 - Boa Vista, RR – Brasil. E-mail: eliabe.procopio@ufr.br

<sup>974</sup> Doutorado e mestrado em Linguística (UFSC), licenciatura em Letras (UFSC). Professora de Língua Portuguesa e Linguística, no Departamento de Letras Vernáculas, Universidade Federal do Ceará, Avenida da Universidade, 2683, Campus do Benfica – Fortaleza/CE, CEP 60020-180. E-mail: coanmalu@ufc.br



descrevendo seu contexto histórico e analisando seus aspectos filológicos e linguísticos, já que nosso interesse é contribuir com dados para a História da Língua Portuguesa e do Brasil colônia. Para tal, iniciamos com um breve resumo histórico, observando informações apresentadas nas referências teóricas e nos textos editados; em seguida, efetuamos uma descrição filológica, por meio da qual definimos os critérios de edição e as normas de transcrição; além disso, indicamos algumas características codicológicas analisadas, as quais são importantes para compreensão do suporte textual. Por fim, apresentamos alguns aspectos linguísticos dos documentos, analisando traços gráfico-fonéticos, morfossintáticos, sintático-semânticos e lexicais.

## 2. Contexto histórico

A Batalha de Guaxenbuba ocorreu em 1615 entre militares franceses e portugueses – e brasileiros, já que a maioria deles aqui havia nascido, inclusive o comandante do confronto –, na costa maranhense, especificamente na atual cidade de Icatu. Esse episódio marca a expulsão francesa do nordeste brasileiro.

No primeiro ano em que Gaspar de Sousa tornou-se governador-geral do Brasil (1612-1617), incumbiu ao capitão-mor Jerônimo de Albuquerque Maranhão (1548-1618) expulsar do Nordeste os franceses que aqui se fixavam. Inicialmente, este reuniu seus homens e se estabeleceram em Jericoacoara, litoral cearense; e dali, enviou Martins Soares Moreno ao litoral maranhense para que investigasse a ocupação francesa. Quando Soares Moreno regressava do Maranhão ao Ceará, sua embarcação sofreu de fortes temporais, que lhe conduziram às Antilhas, posteriormente à Sevilha, onde informa do sucedido e solicita auxílio à Corte espanhola para seu retorno.

Com este primeiro fracasso, Jerônimo voltou com sua armada ao Recife. Somente em 1614, foi que o capitão-mor retornou ao Maranhão com dois pelotões, um por mar e outro por terra. Desta vez, contava com o apoio do capitão português Diogo de Campos Moreno, tio de Martins.

Após passarem pelas capitâncias do Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará, chegam a Jericoacoara, onde os franceses haviam estado e aprisionado alguns portugueses. Desta localidade, rumam ao Maranhão com dois patachos, uma caravela, cinco caravelinhas e pouco mais de cem homens.

Aproximando-se da Ilha, Jerônimo enviou alguns soldados para que inspecionassem as instalações francesas. Em 28 de outubro de 1614, ancoram e estabelecem um fortim, que futuramente será o forte de Santa Maria ou Guaxenduda, projetado e construído pelo arquiteto-mor Francisco Frias. Relata-se que, após oito dias, os franceses atacaram acompanhados de três mil índios flecheiros e quarente e seis canoas.

Os dados historiográficos e os documentos editados confirmam que a armada ibero-brasileira não tinha condições de vencer os franceses, pois contavam com menos homens e munição. No entanto, devido a uma série de estratégias miliares e “vendo no meio deles (os soldados) nossos freis, frei Manuel e frei Cosme, cada um com uma cruz na mão, animando-os, e exortando-os a vitória, que Nosso Senhor foi servido conceder-lhes” (Salvador, 1627: 129), conseguiram abater a armada francesa. Para que se evitasse tragédia maior, Daniel de La Touche, capitão-mor francês, envia um mensageiro com uma carta a Jerônimo de Albuquerque, solicitando negociação. Posto que o general detém o dito mensageiro, reinicia-se uma escaramuça.

Como os índios que auxiliavam os franceses fugiram e estes ficaram em menor número, seguiu-se uma série de cartas entre os dois comandantes até que se estabeleceu uma trégua:

Primeiramente a paz se acordou entre os ditos senhores do dia de hoje até o fim de novembro (sic) do ano de mil seiscientos e quinze, durante o qual tempo cessaram entre eles todos os atos de inimizade, que hão durado de 28 (sic) de outubro até hoje, por falta de saber as tenções de uns e outros, donde se seguia grande perda do sangue cristão de ambas as partes, e grandes desgostos entre os ditos senhores. (Salvador, 1627: 130)

Com esse acordo de trégua, estabeleceu-se que os reis de ambos deveriam decidir a permanência ou a saída de um ou outro, e enquanto isso se manteria uma relação amistosa até que se recebesse resposta. Porém, alguns dos franceses resolveram voltar à França e rumaram para mais ao norte (à Guiana). Assim, a armada de Jerônimo de Albuquerque tomou posse da ilha de São Luís e de tudo deixado pelos franceses.

### 3. Aspectos filológicos

Para edição dos textos, adotamos a proposta do *Grupo Corpus Hispânico e Americano na Rede: Textos Antigos* (CHARTA/Universidade de Alcalá Henares)<sup>975</sup>, o qual prevê uma tríplice edição:

**a)** paleográfica – nesta fase, transcrevemos tal qual o texto do documento, porém, como nosso objetivo maior é o linguístico, nem tudo transcrevemos, daí denominarmos ‘semipaleográfica’. Não nos interessam, por exemplo, símbolos, imagens, frisos e afins. É feita apenas a indicação da existência.

**b)** crítico-annotada – nesta versão, regularizamos a transcrição, padronizamos escrita, pontuação, acentuação, porém respeitamos a tradição de variação grafemática de cada diploma. Com estas ‘correções’ efetuadas, a leitura estaria bastante facilitada a um público geral, inclusive, porque incluímos notas de rodapé com vistas à elucidação de questões léxicas, históricas, culturais etc.

**c)** fac-símile: considerando que um documento antigo corre o risco de eminente perda, prevê-se que haja um primeiro esforço em reproduzir o texto por algum equipamento fotomecânico; em nosso caso, divulgar esse material em rede ou impresso.

Além da edição tríplice, efetuamos uma descrição filológica contemplando os aspectos arquivísticos, paleográficos, diplomáticos e codicológicos, porém, devido à extensão, evitamos apresentar aqui os critérios de edição de CHARTA, os quais se encontram disponíveis no site do citado grupo de pesquisa. No entanto, publicamos uma versão revista e ampliada em Procópio (2010 e 2012).

Abaixo, indicamos os documentos que agrupamos sob a temática ‘Batalha de Guaxenduba’, que arrolamos cronologicamente e identificamos sua localização:

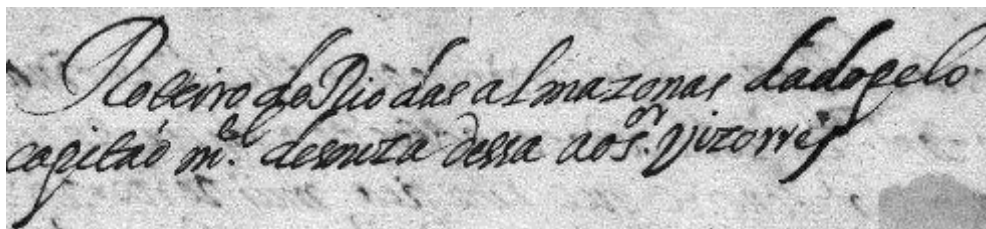
Nº/ANO	IDENTIFICAÇÃO	Nº páginas
D1/1614	<b>Franceses apresados na Batalha de Guaxenduba, rio Maranhão</b> AGI, Patronato Real, 272, r. 2 / 1614 novembro 29 (s.l.)	17
D2/1615	<b>Viagem e jornada ao Maranhão; encontro com franceses</b> AGI, Patronato Real, 272, r. 4 / s.f. (s.l.)	04
D3/1615	<b>Capitão Manuel de Sousa de Sá: rota do Amazonas</b> AGI, Patronato Real, 272, r. 5 / s.f. (s.l.)	02

Paleograficamente, a escrita dos documentos basicamente está em humanística e gótica, que se apresenta em uma de suas manifestações ibéricas: a processual. Os documentos 2 e 3 estão escritos em letra humanística, porém o documento 1 se inicia com a humanística

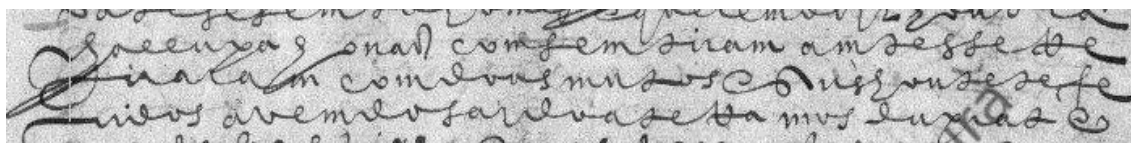
<sup>975</sup> Uma versão revista e atualizada do Manual de Edição/CHARTA pode ser vista em Procópio (2012) ou no site do próprio grupo: <http://www.charta.es/>.

tradicional e, a partir da segunda página, segue progressivamente a uma gótica processual. As siglas e as abreviaturas foram solucionadas na medida em que foram sendo encontradas. A seguir, apresentamos alguns exemplos da grafia:

- Humanística



- Gótica processual



Codicológica e diplomaticamente (Blecu, 1983), apresentamos antes de cada edição um sumário de cada documento, do qual constam: nome do arquivo, localização arquivística (seção, pasta, maço), datação (ano, mês e dia) e local. Na edição propriamente dita, além dessa sumarização, apresentamos o resumo diplomático, no qual é oferecida uma capitulação do texto.

Os três documentos encontram-se em um estado de conservação regular, apesar de apresentarem roturas e manchas. O D2 está com as partes iniciais e finais rasgadas, o que impossibilita a leitura do texto, porém todos os textos estão acompanhados de suas traduções ao Espanhol, assim podemos consultar a tradução e prever o que ali está ruim para ler, efetuando um autêntico trabalho de Crítica textual.

Por exemplo, na folha 4 desse mesmo documento, o D2, é impossível ler a primeira linha, pois o começo da página está todo rasgado. No entanto, graças à tradução ao Espanhol, é possível prever o que se havia escrito neste espaço:



los franceses se embarcaron en las lanchas a nuestra vista

Os textos editados sempre apresentam a mesma estrutura: cabeçalho – indicação de título ou motivo de escritura-; corpo textual – relato de fatos, cada novo parágrafo iniciado em renglão posterior e por versal; no D1, por se tratar de um auto de interrogatório, o autor subdivide o texto seguindo a ordem das perguntas, intitulado cada seção com “perguntas a (nome do interrogado)”.

Como dissemos, os documentos estão acompanhados de suas traduções, pois, durante o período que Portugal fez parte da coroa espanhola, todos os textos administrativos deveriam ser traduzidos para a Língua Espanhola, principalmente os escritos que interessassem diretamente ao rei, neste caso o relato da expulsão de franceses da colônia ‘ibérica’. Outro fato que nos chama atenção, é que o referido auto de interrogatório foi tomado em Francês,

escrito em Português e traduzido para o Espanhol. Isso demonstra o contato linguístico que ocorria aqui na América, sem contar a relação dessas línguas com os idiomas indígenas.

Ademais, como no auto, trata-se de registrar o mais fielmente a fala do interrogado, no caso o intérprete, vemos que alguns ‘erros’ de grafia podem ser analisados cautelosamente como registro de oralidade.

#### 4. Aspectos linguísticos

Conforme Coutinho (2005: 71), a ortografia da Língua Portuguesa é dividida historicamente em três períodos: o fonético (até o séc. XVI), o pseudo-etimológico (sécs. XVI-XX) e o simplificado (séc. XX-Atual). A partir dessa proposta, notamos que a grafia de nossos textos transita entre uma escrita fonética e pseudo-etimológica. Há trechos em que o narrador procura se aproximar do modo como ele ou as personagens ali envolvidas falavam. É claro que dita proximidade gráfico-fônica deve ser encarada com cautela, pois sabemos que a escrita não é a impressão da fala, porém, quando comparamos tal escrita com outros textos do mesmo período, vemos que existe um compartilhamento de características.

Em nossos textos, verificamos variações gráficas, como: *Alamazonas/ Amazonas* – esta talvez por erro por escritor - *ynfamtes/infante, hoie/iuntos*; variações vocálicas: *igoais/iguais*; variação consonântica: *registir/resistir; pregidio/presidio, poboar/povoar*. Interessante notar que esses textos foram escritos por autores já considerados brasileiros, pois aqui haviam nascido e viviam, transitando sempre na costa brasileira, especificamente na região nordeste, local onde ainda hoje ocorrem essas variações dialetais. Portanto, a edição e o exame desses textos servem tanto para documentação, quanto para a datação de alguns fenômenos linguísticos já ocorrentes em Português.

Algo que chama atenção é a grafia com cedilha, *buraço*, já que esta letra indicava o fonema africado desvozeado, e, nesta posição, ocorre o oclusivo velar desvozeado. Tanto é que, no mesmo texto, além da grafia cedilhada, encontramos *buraquo*, indicando o caráter ocluso.

Caso semelhante ocorre com: *esperando pela cresensa da mare*, em que a palavra ‘cresença’ aparece grafada com a letra ‘s’, indicando o processo de desafricação /ts/ para /s/ - fenômeno ocorrido com o sistema de sibilantes, utilizado como divisor do português arcaico do moderno (MATTOS E SILVA, 2006). Quanto à substituição do grupo ‘sc’ por ‘s’, podemos encarar como uma variação, pois, por esse período, pronunciava-se como fricativa desvozeada; inclusive esse mesmo processo já se identifica em *Os Lusíadas*, conforme aponta Reinhardstoettner (1878: p. 73).

Identificamos algumas consoantes dobradas: *offereceo, efeito, supprir, annos*; e grupos consonânticos pseudoetimológicos: *thio, excepto, absentousse*, contudo sem valor fonético, apenas numa falsa tentativa etimológica de repor uma letra perdida; verificamos um caso em que se duplicou a letra para indicar tonicidade: *pee do monte*.

Nos textos editados, é muito comum uso indistinto das letras ‘m’ e ‘n’ antes de consoante (*tamta, amtes* etc), atestando uma igualdade fonética de tais ‘fonemas’ nessa posição. Empregam-se dois procedimentos para indicar o fonema vibrante múltiplo: o dígrafo ‘rr’ e a grafia maiúscula da letra ‘r’, ambos em começo de sílaba localizada em início de palavra (*rrisquo, Retirar, Rio, Resolução*).

Observemos a seguinte oração: *disse em publico que todos lhe fossem testemunhas do que o capitão mode dezia e que se asinava o auto* (D2), nela se manifesta uma marca de oralidade bem ocorrente no Português da época. Acreditamos que esta expressão era compartilhada pelas línguas ibéricas, pois tanto em dicionários, quanto em *corpora* históricos do Português, Galego e Espanhol, identificamos tal expressão, que se apresenta formalmente como *por amor de* ou *por mor de*, indicando causa, motivo; assim, de *por mor de* virou ‘por

modo de' ou 'pru modi' ou 'mode/modi'. No *Corpus Diacrónico del Español*, identificamos a dada construção, mas com a preposição 'a': *mis cartas que paguen o fagan pagar o retenir a mor de qualquesquiere que sea el clamant, rico o pobr \*\** (1227). Em Português (ou Galego-Português), consultamos o Corpus do Português, no qual identificamos o primeiro exemplo nas Canções de Santa Maria, datadas de século XII.

No nível morfossintático, destacamos o uso dos afixos 'vizo' e 'mor' (*vizo rrei, o sagemto mor, capitão mor*) e o uso da preposição 'pera' em vez de 'para' (*determinava na noite seguinte levarlhas pera nelas*).

Dois fenômenos morfossintáticos nos chamaram a atenção, quanto ao uso do pronome 'lhe', pois ambos são classificados pela Gramática tradicional como Solecismos, um de colocação e outro de regência. Contudo, preferimos entender o primeiro caso como uma variação na colocação pronominal: *que lhe ficavão por padrastos dizemdo que quem fose seu amigo lhe não aconselhase*, pois, segundo Melo (1951:161-167), "algumas tendências para a colocação dos pronomes são diferentes das que se observou na língua posterior". Assim, se hoje o clítico se posiciona entre o advérbio de negação e o verbo, é por uma questão de uso, não é porque a palavra 'não' atraia para si o complemento pronominal. Nenhuma palavra tem 'força' de atração morfossintática, o que há é um uso mais ou menos icônico, quer dizer, o usuário da língua preferiu localizar o pronome para antes do advérbio de negação, talvez por perceber que ali ficaria mais próximo ao outro elemento com o qual se relaciona por meio da transitividade verbal, já que pelos princípios da proximidade e ordenação linear: "quanto mais próximos os conteúdos estão cognitivamente, mais integrados estarão no nível da codificação" e "ordem dos elementos no enunciado mostra a ordem de importância destes para o falante" (GIVÓN, 2001, p. 35). Tanto é que, nesse trecho, o pronome remete diretamente ao narrador do relato, o qual foi posicionado mais próximo do elemento que representa o interlocutor ("quem for seu amigo").

O segundo caso trata-se de: *o seja 300 e tamtas legoas lhe sabe de pessoas que ja o navegarão*, no qual se manifesta um caso de lheísmo. Normativamente, o verbo 'saber' é transitivo direto e, a priori, o pronome 'lhe' representa um complemento indireto, mas pode se referir diacronicamente a um complemento direto ou adjunto adnominal. Sendo assim, examiná-lo como Solecismo é vê-lo como um erro gramatical, o que na prática não procede, já que, na História da Língua Portuguesa, tem havido uma constante preferência dos pronomes complementos 'lhe', 'a você/s' e 'a ele/a, nós etc'. Talvez, na frase acima, se se tivesse empregado o clítico 'o', teria causado maior estranhamento comunicativo do que a utilização mais corriqueira de 'lhe'. Lembramos que o uso dos complementos 'o/a' e suas respectivas variações mostraram-se pouco frequentes nos textos editados.

No nível sintático-semântico, notamos o recorrente emprego da perífrase 'ir + infinitivo/gerúndio', marcando o domínio funcional Tempo-Modo-Aspecto (*yra tomar; jra surgir; vai corremdo; vai dar; assim nos comesamos a furtificar*). Por exemplo, para expressão do futuro, coocorrem as formas perifrástica e sintética (*irá achar; achará*). Ainda com relação às perífrases, destacamos as de Modalidade Deôntica<sup>976</sup>: *hadir recolher; podera ilo comquistando; pode carregar; não podem emtrar se não com enchemte de maré; não poderá registir a corremte de maré; tudo se pode atalhar; se poderá tirar a prata; sobre o auermos dir ao perça; ovve armada departir para o dito perça; nos avião demtregar aos salvages*.

Um uso perifrástico que nos instigou bastante foi este: *ali ficarão fora os que se afogarão yndo fugimdo pera as embarcasois*, por meio do qual o narrador utiliza dois

<sup>976</sup> Referente às diversas atitudes volitivas do falante direcionadas a seu interlocutor: Necessidade, Preferência, Intenção, Habilidade, Obrigação, Permissão e Manipulação (GIVÓN, 2001); sempre relacionadas a normas de conduta social.

gerúndios seguidos para marcar uma continuidade temporal da fuga de uns estrangeiros, mas também a maneira de como iam se deslocando.

Dois expedientes recorrentes nos textos são o emprego recorrente do anafórico ‘dito/a’ (no *dito* presidio não avia mais que ate simquoenta omens por todos – de maneira que emcomtrandose o *dito* capitão com os ditos soldados em uã praia) e o uso da expressão catafórica ‘a saber’ (o general passou toda esta masa de gemte em 57 embarcasois *a saber* 7 dos fransezes).

No nível lexical, observamos que esses textos apresentam o uso de nomes próprios dos envolvidos na Batalha, permitindo com isso um mapeamento histórico-biográfico das personagens ali presentes; notamos também o emprego de um léxico marinheiro e bélico, já que os textos narram um momento desse caráter. Identificamos nomes de armas (arcabuzes, mosquestes etc) e de embarcações (barcos, caravela, jangada, canoa, charrua/charruão, pataxo etc), todos eles acompanhados de descrições: *asaber simquo barquos de duas velas cada huma*. Isso nos permite apresentar um melhor detalhamento desse tipo de vocabulário.

Além disso, estão os inúmeros tupismos, os quais quase sempre vêm acompanhados de explicações etimológicas; por exemplo, no D1, registra-se *levavam pau amarelo, chamado tatajuba, para tinta o qual na França valia oito vinténs*: neste trecho, notamos a quantidade de informação dada, pois o autor relata o uso da palavra nas Línguas Portuguesa e Tupi, a finalidade do material e o valor de comercialização. Ocorrem também: *piragoas que são embarcasois de Remo; e: hum ffidallguo escoses que morreu peleijando em juruquaquara ou [buraco das] tartarugas*.

## 5. Considerações finais

A edição e o estudo linguístico dos textos referentes à Batalha de Guaxenduba demonstram que ainda existem muitos dados históricos e linguísticos disponíveis ao estudioso da língua como meio de comunicação social e construto histórico.

Historicamente, vemos que esses textos reportam um período importante da história colonial brasileira, tendo em vista que, nessa época, havia uma constante preocupação portuguesa em divulgar o mínimo possível os documentos que tratassem de alguma temática ‘indiana’. Tal atitude de Portugal fez com que se perdessem ou se extrviassem inúmeros escritos sobre nossa história, inclusive documentos historicamente importantes, como é o caso da Carta de Doação da Capitania do Ceara. Por exemplo, no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, o primeiro documento relacionado ao Ceará data de 1618, enquanto os nossos são de 1614 e 1615.

Em parte isso se deve ao fato de que muito do que se escrevia sobre o Brasil (e as colônias, em geral) não ficava no ‘país’ de origem, mas era remetido para cortes europeias, órgãos administrativos ou parentes, localizados no velho continente.

Sendo mais específico, no tocante à formação histórico-social cearense, notamos que a mesma carece de testemunhos escritos que propiciem uma reformulação da história oficial. Por exemplo, data-se a fundação da cidade de Fortaleza no ano de 1726, pois há poucos textos que atestem uma ‘antiguidade’ dessa cidade. Porém, em nossos escritos, vemos que existem referências claras de locais históricos, como o Porto do Mucuripe, o antigo forte localizado na foz do Rio Ceará.

Há de se ressaltar os detalhes referentes à história maranhense e sua geografia. Além disso, nesses mesmos textos, os narradores mencionam muito claramente outros povoados cearenses, como o município histórico de Camocim e algumas de suas localidades, como as Praias de Tatajuba e Jeriquaquara, que apenas em 1629 foram registradas cartograficamente por João Teixeira Albernaz, o Velho.

Na Filologia, observamos que os textos ultrapassam a descrição paleográfica, codicológica e diplomática, além da dificultosa transcrição em si. A edição dos textos em Português, auxiliada pela edição das traduções espanholas, permitiu-nos a reconstituição textual, estabelecendo uma versão do texto original.

Isso se torna importante na medida em que nossa história de escrita é recente, o que às vezes nos impede esse tipo de procedimento filológico. Ademais, entram em ação alguns dos principais objetivos da Filologia: a conservação e o resgate históricos de fontes documentais, acompanhados da edição textual e do estudo de todo o seu contexto de escrita.

Do ponto de vista linguístico, o proveito desses textos parece ser ainda maior, porquanto esse conjunto textual exemplifica não apenas fatos de História da Língua Portuguesa, o que por si já é importante, mas também revela os primeiros contatos linguísticos das línguas latinas em solo americano. Como já apontamos, ao auto de 1614 consideramo-lo bem significativo quanto à referida temática, pois se trata de um interrogatório tomado em Francês, transcrito em Português, traduzido para o Espanhol e permeado de palavras de línguas indígenas, como o Tupi. Ainda com relação aos aspectos linguísticos, destacamos casos ‘raros’, posto que alguns dos fenômenos acima arrolados não se encontram listados nas principais referências da História da Língua Portuguesa.

### **Referências Bibliográficas**

BLECUA. 1983. *Manual de Crítica Textual*. Madrid: Castalia.

COUTINHO. 2005. *Gramática Histórica*. 7. ed. Rio de Janeiro: Livro Técnico.

CUNHA. 1986. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. São Paulo: Nova Fronteira.

DIAS. 1858. *Dicionário da língua tupí*. Leipzig, F.A. Brockhaus.

GIVÓN. 2001. *Syntax: An introduction*. Vol.1. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.

MACHADO. 1967. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Confluência.

MATTOS E SILVA. 2006. *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto.

MELO. 1951. *Iniciação à Filologia Portuguesa*. Rio de Janeiro: Organizações Simões.

MILLARES CARLO. 1983. *Tratado de Paleografía Española*. Madrid: Espasa Calpe.

PROCÓPIO. 2010. *Documentos relativos a Brasil conservados en los archivos españoles (1535-1625): edición y estudio*. 332f. Dissertação (Máster em Filologia Hispânica) – Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madri, 2010.

\_\_\_\_\_, 2012. *Documentos relativos ao Brasil conservados nos arquivos públicos espanhóis*. Curitiba: Prismas/Appris.

\_\_\_\_\_, MOTA. 2012. A Tradução de Documentos Relativos ao Brasil Conservados nos Arquivos Públicos Espanhóis (XVI-XIX). *Revista Philologus*, v. 18, p. 38-58.

\_\_\_\_ et al.. 2012. Lusismo y Tupismo en el Corpus Documentos Relativos a Brasil Conservados en los Archivos Españoles (ss. XVI-XVII). *Hispanista*, v. XIII, p. 389.

\_\_\_\_. 2013. *A Expressão da Modalidade Deôntica no Corpus Brasileiro de Língua Espanhola (Sécs. XVI-XVII)*. 335 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

REINHARDSTOETTNER. 1878. *Grammatik der Portugiesischen Sprache*. Strassburg: Trübner.

RUIZ GARCÍA. 2002. *Introducción a la codicología*. 2. Ed. Madri: Germán Sánchez Ruipérez.

SALVADOR/1627. 1982. *Historia do Brasil*. São Paulo, EDUSP.

SPINA (Org.). 2008. *História da Língua Portuguesa*. Cotia: Atelier.